
O SAGRADO E A VIOLÊNCIA NA FRONTEIRA DA LEI

THE SACRED AND VIOLENCE ON THE FRONTIER OF THE LAW

Wander de Lara Proença*

RESUMO

Na ausência ou inoperância do Estado nas grandes periferias do Brasil, um poder paralelo capitaneado por facções ou milícias, vem assumindo funções do poder público, criando “leis” próprias para governar tais espaços urbanos. Nestes territórios, estão situadas comunidades religiosas, que precisam se adequar às regras ali estabelecidas e também manter relações amistosas com chefes destes grupos armados, os quais, inclusive, fazem apropriação de símbolos, vocabulário e ritos, bíblicos ou evangélicos, como estratégias de poder. Daí o uso de terminologias para identificá-los: “Traficantes evangélicos” ou “Os novos bandidos de Deus”. O artigo também analisa a relação entre crença e violência em outros momentos da história do Brasil, ocorridos na fronteira da Lei. É relevante a abordagem dessa temática, sobretudo pelas discussões contemporâneas sobre tolerância, respeito à diversidade e a crescente propensão de se tratar a violência como algo habitual, passível, inclusive, de ser conjugada com práticas sagradas.

Palavras-chave: evangélicos; facções; lei; sagrado; violência.

190

ABSTRACT

In the absence or ineffectiveness of the State in the large outskirts of Brazil, a parallel power led by factions or militias has been taking on the functions of public power, creating its own “laws” to govern such urban spaces. In these territories, religious communities are located, which need to adapt to the rules established there and also maintain friendly relations with the leaders of these armed groups, who even appropriate symbols, vocabulary and rites, biblical or evangelical, as power strategies. Hence the use of terminologies to identify them: “Evangelical drug dealers” or “God’s new bandits”. The article also analyzes the relationship between belief and violence in other moments in the history of Brazil, which occurred on the border of the Law. The approach to this theme is relevant, especially due to contemporary discussions about tolerance, respect for diversity and the growing propensity to treat violence as something habitual, even capable of being combined with sacred practices.

Keywords: evangelicals; factions; law; sacred; violence.

* Doutor em História. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor do Programa de Mestrado Profissional em Teologia da Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA). E-mail: wander@uel.br



INTRODUÇÃO

A ideia de religião, em seu sentido mais stricto, parece não combinar com violência. Manchetes de jornais, revistas ou títulos de livros, no entanto, têm feito cada vez mais o emprego de termos que, num primeiro momento, poderiam ser vistos como inadequados ou contraditórios: “Traficantes evangélicos”, “Os novos bandidos de Deus”, “Oração de traficante”, “Pastores do tráfico”, “Facção evangélica”, “Traficante e pastor que exige conversão e práticas religiosas”, “A fé e o fuzil”, dentre outros.

Esse artigo discute essa questão contemporânea, mas também busca exemplos históricos de práticas religiosas que tiveram desdobramentos violentos. O filósofo e antropólogo René Girard, em obra intitulada *A violência e o sagrado*, analisa o modo como a religião pode ser tornar violenta ou instrumentalizada pela violência. O autor cita como exemplos, o ataque a judeus em diversos contextos e temporalidades, por intolerância às suas crenças; a mobilização para as Cruzadas no contexto medieval, chamadas “guerras santas”; ou ainda, os atos de tortura e punições sumárias promovidos pela Inquisição. Observa que, não por acaso, em diferentes civilizações e épocas, os panteões das religiões sempre estiveram cheios de deuses da guerra (Girard, 1990).

191

1 CRENÇA E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Desde o período colonial, crença e violência estiveram presentes na história do Brasil. Em um regime de padroado, a Igreja Católica e o Estado português elaboravam e aplicavam conjuntamente leis e regras administrativas para fazer prevalecer interesses da crença católica em relação às demais expressões de religiosidade, como no caso das populações indígenas ou de origem africana. Desse modo, não raro se fez uso de violência em nome da Lei ou dos dogmas, no intuito de conversão ou de combate ao que se considerava heresia perante a cristandade.

No intuito de cristianizar o novo mundo, foi imposta sobre os povos originários a religião dos colonizadores. Com o lema “terras para o Rei e almas para o Papa”, implementou-se a chamada política da “cruz e da espada”, considerando legítimo, quando necessário, o uso da força na luta contra os infieis. Isso se dá no choque entre o europeu – visto como civilizado, católico, racional, bem instruído – e o indígena – visto como o “bom selvagem”, inculto,



bestializado, explorado – violentado e dominado em sua própria terra, a qual não mais poderia ser chamada de “sua”, mas daqueles que a “descobriram” (Todorov, 1993, p.10). Antes de começar uma batalha contra os indígenas, os conquistadores liam um texto para eles (o “requerimento”) – como se os nativos entendessem algo do que estavam falando – pelo qual se propunha sua conversão à religião cristã. O quadro estratégico se completava com o trabalho de encomendeiros ou bandeirantes, enviados com a missão de capturar indígenas para uso de sua mão-de-obra como escravizados.

Os historiadores Ronaldo Vainfas (1995) e Laura de Mello e Souza (1995) mostram que as crenças indígenas foram demonizadas pela religião do colonizador, ocasionando uma onda de massacres contra estes povos, na tentativa de livrar sua terra dos poderes do demônio, pois se presumia que pela formação da cristandade, as figuras do mal haviam sido expulsas da Europa, vindo se alojar no mundo ameríndio. Quando se depararam com danças, rituais de antropofagia e sacrifícios humanos, encontraram argumentos mais evidentes para julgar tais práticas como diabólicas - como réplicas do *sabá* (termo usado para identificar um tipo de feitiçaria combatida no contexto europeu).

Não é diferente o que ocorreu em relação aos povos de origem africana. Durante três séculos de colonização, introduziu-se na América cerca de 10 a 11 milhões de negros escravizados, sendo o Brasil receptor de 50% dessa população. Dentre os fatores para esta diáspora, havia a demanda por mão-de-obra, o elemento das guerras tribais na África (muitas delas incentivadas pelos traficantes de escravos), que levavam os vencedores a vender seus conterrâneos como escravizados aos donos de navios negreiros, que alimentavam assim um comércio de busca e revenda dessa população para abastecimento de mão-de-obra nas colônias portuguesa e hispânica. Contribuía também para isso o discurso religioso propagado pela Igreja Católica sobre a África, afirmando ser aquele lugar o território da “morada do demônio”, pois ali teriam se estabelecido os “descendentes de Caim”, sob castigo divino, marcados pelo “sinal” da cor negra; logo, submetê-los a domínio cristão seria uma oportunidade de “libertá-los” espiritualmente das influências do mal.

O Brasil do século XIX, por sua vez, foi marcado por profundas transformações políticas, com circunstâncias que envolveram também a religião e desfechos de violência. A primeira Constituição do Brasil, de 1824, em seu Artigo 5º, reconhecia o país pela primeira vez como nação cristã em todas as suas confissões, garantindo liberdade religiosa, ainda que mantidas determinadas restrições:



A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo. (Constituição do Brasil, 1824 apud Ferreira, 1992, p. 69)

No Artigo 179, a reafirmação da liberdade, com limites: “Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado”. Estas formulações legais representavam uma abertura importante de liberdade religiosa, porém, não oferecia condições jurídicas iguais. No caso dos protestantes, recém-chegados ao país, por exemplo, impunham-se restrições aos locais de culto, ou seja, estes deveriam ser fechados, sendo o ato religioso não exercido publicamente, mas em casas sem aparência exterior de templo, o que significava dentre outros aspectos não fazer uso de torres e sinos. No entanto,

pelo menos já a partir das décadas de 1850/1860 os protestantes foram infringindo o artigo 5º da Constituição Imperial, colocando pequenos ornamentos externos em seus templos. A construção de templos e ornamentos externos representava um clamor pelo reconhecimento pela cidadania religiosa que lhes era negada. (Wachholz, 2009, p.118)

A história do protestantismo no Brasil ficaria marcada neste período por tensões e conflitos com a religião católica, demonstrados por apedrejamento ou incêndio de templos, queima de Bíblias, proibição de sepultamento nos cemitérios católicos, dentre outros (Mendonça, 1984).

Também no século XIX, no período regencial, ocorreram revoltas marcadas por questões religiosas. O primeiro episódio, chamado de cemiterada, é descrito pelo historiador João José Reis, no livro *A morte é uma festa*, como uma revolta pluriclassista e multirracial, ocorrida em 25 de outubro de 1836, na cidade de Salvador, Bahia, que destruiu um cemitério recém-construído pelo poder público para abrigar os mortos. O tradicional costume até então era de enterrá-los dentro da cidade, no interior ou pátio das igrejas. Não aceitando a mudança dessa tradição, a multidão de fieis, ensandecida marchou até o cemitério e ali quebrou seus muros, capela e símbolos religiosos. Tal ato representava um embate entre a crença e a ciência: confrades de diversas agremiações religiosas, representantes de uma cultura funerária afeita ao espetáculo, aos costumes tradicionais, versus os discursos sanitaristas e medicalização da morte, por parte de médicos e estudantes da recém-criada Faculdade de Medicina de Salvador, que buscavam “civilizar o país aos moldes europeus” (Reis, 1991, p.10).



Outro episódio desse período é chamado de “levante dos Malês”. A expressão *Malê* tem origem no termo *imalê*, da língua iorubá, que significa *muçulmano*. São povos que tiveram contato com o islamismo na África, especialmente na região da atual Nigéria. Já convertidos ao islã, foram vítimas de guerras tribais naquele continente, vendidos aos navios negreiros e exportados para o Brasil. Chegando na Bahia, no final do século XVIII e início do XIX, criaram na cidade de Salvador uma mesquita em local secreto, onde faziam reuniões para leitura do Alcorão e celebração religiosa. Não aceitando a condição de escravizados, organizaram um levante para a tomada do poder, com uso de armas, mobilizados como um exército sagrado para uma guerra santa. Foi assim que, na madrugada de 25 de janeiro de 1835, um domingo, ocorreu a mobilização e o ato de revolta. As autoridades governantes, porém, foram alertadas e, já no início do conflito, conseguiram impedir o intento previsto. Nem todos os africanos muçulmanos existentes na Bahia em 1835 participaram da revolta. As autoridades, porém, usaram a posse de papéis malês como prova de rebeldia e por isso muitos inocentes foram presos e condenados, recebendo diversos tipos de sentença: prisão simples, prisão com trabalho, açoite, morte e deportação para a África. A pena de morte foi imposta, inicialmente, a 16 acusados, mas posteriormente 12 deles conseguiram sua comutação. Quatro foram, ao final, executados (Reis, 1988).

194

Com o advento da República, em 1889, e a elaboração de nova Carta Constitucional, em 1891, estabeleceu-se a laicidade do estado brasileiro, selando a separação entre igreja e Estado. No entanto, foi neste momento e contexto que eclodiu um gesto de intolerância e uso da força geradora de violência diante de práticas religiosas que não se enquadravam ao padrão do novo Brasil que se imaginava construir. Antônio Conselheiro, um beato católico – um tipo de monge leigo, que exercia a pregação por conta própria, visto por seus seguidores como sábio, curandeiro e mensageiro divino - peregrinou pelos sertões do Nordeste até se estabelecer na região de Belo Monte, interior da Bahia, em 1893. Naquele local, também conhecido como Canudos, em uma antiga fazenda abandonada agregou em torno de sua pregação um grande contingente de camponeses pobres, atingidos pelas intempéries das secas, e também indígenas, além de outros mobilizados por crenças de um catolicismo popular. Com o fim da escravidão em 1888, muitos ex-escravizados, libertos e expulsos das fazendas onde trabalhavam sem ter então nenhum meio de subsistência, também partiram em busca de amparo em Canudos. Criaram ali uma comunidade igualitária, onde tudo era partilhado, aguardando pela chegada de um tempo apocalíptico, conforme as profecias do monge. A Proclamação da República, em



1889, intensificou ainda mais a resistência do movimento de Canudos, pois seus moradores e adeptos da pregação do Conselheiro entendiam que a monarquia era o modelo bíblico de governo divino, e que com a vinda de um tempo de felicidade, fundada na crença sebastianista – que acreditava no retorno de Dom Sebastião¹ – a monarquia seria restaurada no Brasil. Em seu auge, a comunidade de Canudos atingiu cerca de 25 a 30 mil habitantes, chamando a atenção das autoridades republicanas, que passaram a fazer incursões armadas para destruir o que chamavam de “reduto monarquista” ou “catolicismo fanatizado”, liderado por um “herege”. Os canudenses lutaram contra a República em nome de Deus. Nos primeiros conflitos, os seguidores de Conselheiro resistiram e conseguiram vencer; no quarto ataque, com forças armadas e milícias particulares recrutadas, houve a morte do líder e a dizimação da comunidade, restando apenas idosos e crianças. Acabou a comunidade de Canudos, mas não morreu a crença messiânica.²

Já no início do século XX, a violência continuou envolvendo religiosidades de matrizes africanas. Na cidade do Rio de Janeiro – então, capital do país – leis foram criadas para fins sanitários e de organização urbana. Diante da implementação de uma política pública de embelezamento da cidade, com reformas urbanísticas, campanhas em prol da limpeza e saúde pública e vacinação ostensiva da população, grupos afrodescendentes foram classificados como componente indesejável e incompatível com o projeto eugenista de modernização que visava transformar o Rio na “Paris dos trópicos”. Crenças de origem africana foram combatidas, especialmente por causa dos ritos de cura praticados, vistos como “atraso” diante do discurso

195

¹ Rei português morto no século XVI numa guerra contra os muçulmanos, na região do Marrocos; seu corpo nunca fora encontrado, daí o surgimento de uma crença popular de que retornaria um dia à Terra, por vontade divina, para governar e reconstruir um mundo justo.

² Também no contexto da Primeira República, ocorre a chamada “Guerra do Contestado”, entre 1912 e 1916, na região fronteira dos estados Paraná e Santa Catarina. Ali, camponeses, ervateiros, ex-escravizados e também gente que havia fugido da guerra de Canudos, reuniram-se em torno da liderança de monges populares, chamados de João Maria e José Maria. Tais líderes, em períodos subsequentes, eram vistos como sábios, conselheiros, curandeiros, profetas, que atendiam a estas populações camponesas, devotas de um catolicismo popular. Em dado momento, uniram-se para lutar contra a invasão de suas terras, feita por uma companhia colonizadora que construía uma ferrovia ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo, cujos trilhos passaram sobre os territórios do Contestado, provocando uma intensa exploração de madeira, derrubando florestas que produziam a erva-mate, o meio de subsistência daqueles trabalhadores. Aquela comunidade religiosa também apregoava ideias sebastianistas, anunciando o fim da República, com a volta da monarquia, vista como o “governo de Deus”. Formaram uma comunidade igualitária e alternativa. À semelhança do que ocorrera em Canudos, houve ali um desfecho igualmente trágico, quando forças militares mobilizadas, em nome da Lei, usaram canhões e até mesmo um avião de guerra para ataques contra a comunidade de fé, culminando com a morte de mais de dez mil camponeses, entre os quais, mulheres, idosos e crianças.



médico científicista. A polícia adentrava as habitações, acompanhada dos comissários de higiene e acadêmicos de medicina para vistoria de domicílios, para vigilância sanitária e fazer cumprir a Lei que estabelecia a vacinação obrigatória contra a varíola, em 1904. O ato de vacinar era realizado pelo agente de saúde acompanhado de um guarda municipal armado. No caso da população de origem africana, acreditava-se que determinados vírus ou infecções deveriam ser combatidos por meio de ritos sagrados, fato que resultou em uma revolta popular com violência nas ruas, conhecida como “a revolta da vacina” (Sevcenko, 2013). Intensa demolição dos lugares habitados por esses grupos sociais, pelas leis do “bota abaixo”, gerou também sua expulsão para os morros distantes do centro do Rio de Janeiro, dando origem às “favelas”. E, nestas favelas viriam a surgir mais tarde, outras formas de violência e crença, como será demonstrado no item, a seguir.

2 FRONTEIRAS DA CRENÇA E DA VIOLÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO ATUAL

O movimento neopentecostal que se projetou no Brasil, a partir dos anos 1970 e 80, trouxe como uma de suas marcas a ênfase na “batalha espiritual”, reacendendo desse modo, um imaginário messiânico que associa o sagrado à guerra, sob a ideia de uma ameaça latente e necessidade de seu enfrentamento, com a formação de uma espécie de “exército divino”. Tais aspectos têm sido visibilizados, por exemplo, no engajamento que recentemente levou evangélicos e outros religiosos às ruas para passeatas e manifestações de apoio, inclusive, ao armamento da população. Neste cenário, os fiéis se veem convocados a se colocar no *front*. Isso também pode ser demonstrado, por exemplo, na linguagem bélica ou militarizada expressa na música gospel. Versos que associam a igreja a um “exército”, em “plano guerra”, que se utiliza de “arma”;³ frases que identificam Deus à “guerra”, que vence os seus “inimigos” e concede “poder para guerrear”;⁴ letras que falam de “batalha”.⁵ Em outra canção, destacam-se também

196

³ O Exército e Deus. (Interpretação de Adhemar de Campos): “Eu posso escutar /O **exército** de Deus /**marchando** sobre a terra /Em plano de **guerra** vai /Já ouço o louvor que é a **arma** de vitória/ O **exército** de Deus /O exército de Deus /O exército de Deus /Marchando vai!” (Campos, 1990). (Grifos nossos).

⁴ Homem de Guerra. (Interpretação de Adhemar de Campos): “Homem de **guerra** é Jeová,/ Seu nome é temido na Terra /A todos **os seus inimigos** venceu /Deus grande e temido em Louvores /Quem é como o Senhor /Entre os deuses sobre a terra /Que me livra do mal /Que me dá **poder para guerrear**”. (Campos, 1992). (Grifos nossos).

⁵ Nosso general (Interpretação de Adhemar de Campos): “Pelo senhor marchamos sim/ O seu **exército** poderoso é/ Sua glória será vista em toda a terra/ Vamos cantar o canto da vitória/ Glória a Deus, vencemos a **batalha**/ Toda



as palavras “arma”, “batalhão”, “adestramento” e preparo “para guerrear”, denotando inclusive requinte de violência contra os “inimigos”, que são “perseguidos”, “consumidos” e “atravessados” (simbolizando a espada que transfixa).⁶ Por fim, outra letra na qual a linguagem é novamente “militarizada”, com emprego dos termos “guerra”, “batalha”, “arma de guerra”, “peleja”, “exércitos”.⁷

Nota-se, sobretudo entre os neopentecostais, uma predileção pela leitura e pré-dica de textos do Antigo Testamento, onde é mais recorrente o uso deste vocabulário; pouco se fala ali do Novo Testamento, exceto do livro do Apocalipse, no qual estilisticamente também é enfática a noção de ameaça e o convite ao enfrentamento de inimigos. Isto ajuda a entender, em parte, a ênfase nesse perfil de musicalidade. Tal linguagem também permite compreender melhor, por exemplo, a interatividade ocorrida nas eleições para presidente do Brasil, em 2018, quando um candidato era positivamente recepcionado pelo público evangélico quando com as mãos fazia gestos imitando uma arma, nos eventos de que participava durante o pleito eleitoral para presidente, sendo reciprocamente recepcionado pelo gestual da plateia; também, como retratava uma reportagem na ocasião: “não é difícil encontrar o nome de Deus ao lado de imagens de fuzis AR-15 estampados nas camisetas vendidas por apoiadores do candidato durante a campanha” (Época, 2018, p.4).⁸ Ele assim se comunica eficazmente, transmitindo uma mensagem revestida de significados e familiaridade a integrantes deste grupo:

A retórica de Bolsonaro, tal como a neopentecostal, é dualista e belicosa. Ele faz das palavras armas de guerra. No seu discurso há sempre um ataque contra a “esquerda” responsabilizada pela crise econômica, política, social, e moral que atualmente abala o Brasil. As suas cruzadas podem ser resumidas na expressão “Deus o quer”, “Deus está conosco” ou “Se Deus é por nós, quem será contra nós?”. (Campos, 2020, p.360)

arma contra nós perecerá/ **O nosso general** é Cristo/ Seguimos os seus passos/ Nenhum **inimigo** nos resistirá [...]”. (Campos, 1994). (Grifos nossos).

⁶ O Caminho de Deus É Perfeito (Interpretação de Asaph Borba): “O Caminho de Deus é perfeito/ Na palavra do Senhor há poder/ Ele é a **arma**, o escudo de todos os que nele confiam/ Ele é a minha fortaleza e a minha força/ Com ele passo pelo meio de um **batalhão**/ Ele **adestra minhas mãos, me prepara para guerrear**/ Porque quem é Deus senão o Senhor/ E quem é o rochedo senão nosso Deus /Aleluia, aleluia, aleluia, aleluia/ **Persegui os inimigos** e os alcancei/ Os consumi e **os atravessei**/ Sob os pés do senhor caíram/ Não mais se levantaram”. (Borba, 1985). (Grifos nossos).

⁷ Senhor dos Exércitos, Rei. (Interpretação do grupo Diante do Trono): “[...] **Guerreia** por mim/ Glorioso Senhor, Poderoso nas **batalhas**/ Tu és o meu escudo e **arma de guerra**/ Envia teus anjos pra **pelejar**/ Em meu favor nesta **batalha**/ Tu és o Senhor dos **exércitos**, Rei/ [...]”. (Diante do Trono, 2017). (Grifos nossos).

⁸ Grandes empresas fabricantes de armas viram em Jair Bolsonaro a figura política ideal a ser apoiada, pois cumpriu o que havia prometido em campanha: flexibilizar a liberação do uso de armas por civis. O armamento da população foi celebrado inclusive por evangélicos. E essa aproximação ou amistosidade do público evangélico com a belicosidade foi demonstrada, por exemplo, quando a Taurus Armas, uma das maiores fabricantes de armas de fogo da América, patrocinou neste período um grande evento da música gospel, no Rio Grande do Sul.



Também no contexto das eleições de 2022 no Brasil, o sagrado se aproximou de atos violentos, ganhando a visibilidade das ruas, como no episódio da invasão dos prédios dos Três Poderes, em Brasília, embalada por cânticos religiosos e declaração de frases em tom de profecia bíblica. Jonas Medeiros, cientista social, produziu pesquisa de campo sobre as manifestações de rua ocorridas no período pré-eleitoral e pós eleições no Brasil, naquele período, acompanhando o comportamento de manifestantes acampados em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília. Nas publicações referentes às observações de campo que realizou, fica evidente o afloramento de elementos simbólicos contidos nos imaginários, que articulam aspectos do presente com elementos arraigados longa duração histórica, tocando especialmente na matriz messiânica presente no contexto brasileiro:

Sociologicamente falando, eu interpreto esse fenômeno a partir das noções de uma temporalidade messiânica (um compasso de espera pela inversão da injustiça e da libertação da opressão – no caso, do “comunismo” – por algum messias: o presidente, o Exército, Jesus) e uma espacialidade totêmica (todos os olhares, corpos, celulares e cantos voltados para o quartel, tratado como um verdadeiro totem), o que pode não ser muito efetivo em termos políticos puramente imediatos, mas é extremamente eficiente em fortalecer a identidade coletiva radicalizada dos bolsonaristas, como ensinam as sociologias de Weber e de Durkheim. (Medeiros, 2023, p.1)

198

Medeiros chama a atenção os elementos simbólicos do mundo bíblico, especialmente vinculados a Israel:

A segunda matriz é religiosa. Logo no início de minha observação me deparei com uma bandeira de Israel; mais para frente, vejo um homem portando uma camiseta que funde imagens das bandeiras do Brasil e de Israel e, no fundo, um Leão de Judá. Nas manifestações do campo conservador, estes símbolos costumam ser mobilizados por cristãos evangélicos, por motivos teológicos e políticos [...]. (Medeiros, 2023, p.2)

Havia, inclusive, um tipo de liturgia religiosa, com cânticos, ritos e frases pronunciadas em “tom de oração e profecia”:

Vídeos gravados em vigílias na frente dos quartéis em diferentes dias, horários e cidades (mas em especial nas lives na frente do CMSE), mostram os manifestantes engajados em um modo de cântico interminável, com todos voltados em direção à sede local do exército. As versões variam: “Intervenção federal, intervenção federal [...]”, “SOS Forças Armadas, SOS Forças Armadas [...]”, “Forças Armadas salvem o Brasil, Forças Armadas salvem o Brasil [...]”, palavras repetidas em um *looping* eterno. Como se a intervenção (em parte militar, em parte divina) fosse ocorrer caso esta oração secularizada seja entoada com força e perseverança. (Medeiros, 2023, p.2)



Observava o autor na ocasião que, “enquanto durar a esperança messiânica na intervenção militar, os manifestantes permanecem em uma relativa passividade pacífica (porém golpista) na frente dos quartéis, em um compasso de espera de que seu clamor seja ouvido”. E complementa:

A evidência mais nítida desta intuição em que constatei a fusão entre militarismo e cristianismo se deu a partir de uma reportagem que noticiou a transformação do muro do Centro de Instrução de Operações Especiais do Exército Brasileiro, em Niterói, em um local de orações – a reportagem chamou de “uma espécie de muro das lamentações”. Os manifestantes agem como se a oração, o cântico e o clamor pudessem realizar magicamente seu desejo de um golpe militar. (Medeiros, 2023, p.2)

A articulação do sagrado com a violência é latente:

Principal continuidade entre os atos está nas matrizes que alimentam a identidade coletiva dos manifestantes: o militarismo-armamentismo e o cristianismo. Para além do óbvio militarismo da pauta intervencionista e golpista, as roupas militares são as segundas mais comuns entre os que se identificam como ‘patriotas’. Os uniformes militares são usados tanto por crianças (como um menino muito pequeno que estava usando maquiagem de camuflagem militar. (Medeiros, 2023, p.3).

Sobre o armamentismo, o autor relata a observação que também fez no *front* do acampamento em Brasília:

No meio da manifestação, em uma roda de homens um rapaz argumenta para os amigos: “Tem que mostrar a arma. Arma escondida é coisa de bandido. É assim nos EUA, as pessoas mostram que andam armados”. Já no final da minha observação, ouço uma amiga defendendo para a outra de forma inflamada: “Arma? Tem que ter arma!” (Medeiros, 2023, p.1).

Outro aspecto emergente a se destacar, advém da aproximação de evangélicos com os contextos de violência urbana. Na última década, pesquisadores têm se debruçado no estudo do comportamento de líderes religiosos e suas comunidades locais, situadas em periferias sob o controle de chefes de facções, ligadas a controle do tráfico, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Tais trabalhos demonstram uma crescente aproximação dessas facções com segmentos evangélicos neopentecostais. Publicações resultantes de pesquisa, artigos e matérias jornalísticas têm demonstrado a relação amistosa entre estes grupos que exercem um tipo de “poder paralelo” e as comunidades evangélicas nas favelas e morros. Neste sentido, a pesquisadora Viviane Costa (2023), ao publicar sua obra, emprega um título bastante provocativo: *Traficantes evangélicos: quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus*. Neste trabalho, analisa o fenômeno narcorreliгиозo carioca, buscando responder a algumas



questões problematizadoras: como é possível ser traficante e evangélico? Qual é a relação da igreja com os traficantes evangélicos? Como o nome de Deus é usado em contextos de violência e quais textos bíblicos sustentariam essa estrutura? Essa autora também concede entrevista em uma reportagem da BBC News, que traz como título *Traficantes evangélicos: a religião na briga por territórios no Rio*, na qual afirma:

estes líderes não apenas se identificam como evangélicos, como têm sua prática religiosa e levam sua visão de crença para o restante da comunidade, proibindo, por exemplo, outros segmentos religiosos de existirem e praticarem sua fé, principalmente as religiões de matriz africana; eles exigem que os demais que compõem o seu exército e vão dominar o território junto com ele, também sejam professantes da fé evangélica ou ao menos que não sejam praticantes de culto de matriz africana ou devotos de São Jorge. (BBC, 2023, áudio)

Outra recente matéria jornalística trouxe como título *Narcopentecostalismo: traficantes evangélicos usam religião na briga por territórios no Rio*. O termo é empregado para identificar não apenas o surgimento de traficantes que se declaram evangélicos, mas a forma como isso influencia a atuação das facções na disputa por territórios no Rio de Janeiro.

A cientista política Kristina Hinz, do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, demonstra que chefes do tráfico e grupos ligados à violência, assimilaram a gramática evangélica nas estratégias de ação e comunicação, verbal e simbólica: “A apropriação pelo tráfico da gramática de guerra reconhecida nas favelas e empregada por algumas igrejas neopentecostais proporciona uma narrativa de legitimidade religiosa para a expansão violenta do território”, afirma a pesquisadora”. (G1, 2023, p.2)

Nomes bíblicos, inclusive, têm sido usados para identificar os territórios sob domínio:

Os traficantes que dominam as favelas de Parada de Lucas, Vigário Geral e outras três comunidades na Zona Norte do Rio de Janeiro elegeram referências bíblicas como seus principais símbolos. A facção se autodenomina “Tropa de Arão” - uma figura cristã, irmão de Moisés. A estrela de David foi espalhada em muros e bandeiras nas entradas das favelas, e está até em um neon no alto de uma caixa d’água na comunidade Cidade Alta. O território foi batizado, segundo a polícia, de “Complexo de Israel” pelo chefe da Tropa - uma referência à “terra prometida” para o “povo de Deus” na Bíblia. (G1, 2023, p.1)

Estes grupos se identificam como um “exército santo”, que visa combater o mal, estando numa espécie de “batalha espiritual” ou “guerra santa” contra “os inimigos”, representados por aqueles que não se identificam pela mesma crença. É uma estratégia de apropriação de elementos religiosos para lhes conferir mais poder. Sobre isso, Hinz comenta que “nesta união



do tráfico com a religião, doutrinas neopentecostais se misturam às estruturas de poder das facções”. E que, em muitos locais, como no Complexo de Israel, ela é “decisiva para a governança e a manutenção do poder de grupos criminosos”. E acrescenta:

Na competição pelo mercado de venda de drogas, a adaptação de uma linguagem e de símbolos familiares para a população permite que os traficantes apresentem confrontos armados com grupos concorrentes de tráfico de drogas como “guerra espiritual” ou mesmo como uma “guerra santa” contra demônios e inimigos religiosos. (G1, 2023, p.2)

Christina Vital da Cunha - professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense – UFF, coordenadora do Laboratório de estudos em política, arte e religião, e também autora do livro *Oração de Traficante: uma etnografia* - destaca que além da conversão pessoal, a religião também tem um papel estratégico para manutenção do poder e na disputa por territórios. Sobre a aproximação de criminosos e milicianos das redes e códigos evangélicos, declara:

Um complexo de favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro é conhecido como “Complexo de Israel”, local onde impera a ação de milícias e o tráfico de drogas, mas também muito próximos da prática evangélica. Traficantes e milicianos se anunciam como evangélicos e têm grande penetrabilidade nessas comunidades confessionais. (G1, 2023, p.1)

201

Ela identifica os chamados “traficantes evangélicos” e sua atuação em periferias já dominadas pelo tráfico de drogas e, mais recentemente, pelas milícias”, e acrescenta: “a religião, seus códigos, imagens e repertórios constituem hoje um símbolo de dominação de alguns grupos armados nos territórios. [...] O chefe do tráfico no Complexo de Israel é também um dos líderes do Terceiro Comando Puro (TCP), segundo a polícia” (G1, 2023, p.3). Comenta, por exemplo, que todos os dias às 5 horas da manhã, um dos chefes do tráfico, faz uma oração em linguagem evangélica, pedindo a proteção divina, orientando também a comunidade em seu modo de agir, incentivando a caridade ou algum serviço de atendimento que será feito naquele dia. Também afirma que alguns destes traficantes se declaram dizimistas das igrejas, além de patrocinarem financeiramente eventos evangélicos que ocorrem na comunidade (BBC, 2023, áudio).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que estes personagens do mundo violento, como nos exemplos citados, têm suas práticas “incômodas” às vezes toleradas pela igreja, devido a um novo limite que passou a configurar a identidade evangélica no contexto contemporâneo: ser um “quase evangélico”.

Cabe também considerar que, como observa a pesquisadora Christina Vital da Cunha (2015), para a população das favelas, as igrejas pentecostais passaram a ter uma importância significativa: “as redes evangélicas oferecem segurança e apoio material, espiritual e psicológico para os moradores” e, neste sentido, a presença dos grupos milicianos favoráveis à presença evangélica completa essa noção de “segurança” e “proteção”, pelo vínculo de pertencimento a uma mesma crença. Neste sentido, também se destaca o trabalho religioso e social que as comunidades evangélicas realizam nos espaços violentos, como no caso dos complexos prisionais. Além da assistência a familiares destes presidiários. O fato de “estarem internados em espaços socioeducativos ou em presídios e terem sido alvo dos projetos missionários evangélicos nessas instituições” (G1, 2023, p.2), seria um forte elemento gerador da vinculação destes apenados com a fé evangélica: quando ainda presos, estes chefes de dentro do sistema prisional determinam aos seus subalternos em liberdade, que frequentem ou apoiem as igrejas evangélicas, como ato de retribuição por essa assistência que as igrejas prestam; ou, quando ganham a liberdade, mantêm essa aproximação dos tempos de prisão. Soma-se a isto o fato de parte dos traficantes terem nascido em lares evangélicos ou por terem familiares pertencentes a comunidades religiosas.

Ainda que seja uma conclusão inquietante: os binômios violência e sagrado, fé e fuzil, cruz e espada - ainda que ética e legalmente não devessem ser conjugados na mesma frase - parecem ser adequados para se interpretar cenários urbanos do Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BBC News Brasil. *Traficantes evangélicos: a religião na briga por territórios no Rio*. 2023. (11 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fopdlEetJfo>. Acesso em: jun. 2024.



BORBA, Asaph. *O caminho de Deus é perfeito*. Interpretação musical: Asaph Borba. 1885. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/asaph-borba/172307/>. Acesso em: jun. 2024.

CAMPOS, Adhemar. *O exército de Deus*. Interpretação musical: Adhemar de Campos. 1990. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/ademar-de-campos/o-exercito-de-deus.html>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CAMPOS, Adhemar. *Homem de guerra*. Interpretação musical: Adhemar de Campos. 1992. Disponível em: <https://www.ouvirmusica.com.br/adhemar-de-campos/1450011/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CAMPOS, Adhemar. *Nosso general*. Interpretação musical: Adhemar de Campos. 1994. Disponível em: <https://www.ouvirmusica.com.br/adhemar-de-campos/1450011/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Bolsonaro – mito político ou líder carismático?. In: CARRANZA, Brenda; GUADALUPE, José Luiz Pérez (Orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Stiftung, 2020.

CONSTITUIÇÃO do Brasil, 1824. Apud FERREIRA, Júlio Andrade. *Religião no Brasil*. Campinas: LPC, 1992.

COSTA, Viviane. *Quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2023.

CUNHA, Christina Vital da. *Oração de traficante: uma etnografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

DATAFOLHA, dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DIANTE DO TRONO. *Senhor dos exércitos, rei*. Interpretação musical: Grupo Diante do Trono. 2017. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/diante-do-trono/283502/> Acesso em: 17 jun. 2024.

ÉPOCA. Rio de Janeiro, Editora Globo, 06/10/2018. Como Bolsonaro se tornou o candidato dos evangélicos. Disponível em: <https://epoca.globo.com/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650> Acesso em: 18 jun. 2024.

ESTADÃO. Bancada evangélica da Câmara oficializa apoio a Bolsonaro, 4/8/2018. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bancada-evangelica-oficializa-apoio-a-bolsonaro,70002532347>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Editora Unesp, 1990.



G1. Política. Bolsonaro diz que vai indicar ministro “terrivelmente evangélico” para o STF. 10 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml> . Acesso em: 16 jun. 2024.

IBGE. *Censo, amostra religião*. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 19 dez. 2023.

MANSO, Bruno Paes. *A fé e o fuzil*. Rio de Janeiro: Todavia, 2023.

MEDEIROS, Jonas. *Ato na Proclamação da República: o eterno retorno do golpismo militar*. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaio/ato-na-proclamacao-da-republica-o-eterno-retorno-do-golpismo-militar/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.

REIS, João José. *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante do Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina*. Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

SOUZA, Laura de Mello. *Inferno atlântico: demonologia e colonização - séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios*. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VALADÃO, Ana Paula (a). Youtube, 2018. Disponível em: <https://www.otvfoco.com.br/ana-paula-valadao-apoia-bolsonaro-e-faz-discurso-agressivo-destruir-a-esquerda-podre/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

VALADÃO, Ana Paula (b). Youtube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mcQC6C6jdJ0> Acesso em: 18 jun. 2024.

VELASQUES FILHO, Prócoro. Deus como Emoção: origens históricas e teológicas do protestantismo evangelical. In: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola/Ciências da Religião, 1990.

WACHHOLZ, Wilhelm. Identidades forjadas na interdependência: o caso católico e protestante no Brasil do século XIX. *Revista Mosaico*, v.2, n.2, p.117-124, jul./dez., 2009.

